

A COMUNIDADE DE MARAGOGIPINHO: TRADIÇÃO, TRABALHO E DESAFIOS

Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes¹

Resumo: Há um retrato e uma singularidade *luminica* na comunidade de Maragogipinho. Também, há de se perceber o clamor do povo local, desfavorecido das possibilidades de reprodução socioeconômica que têm limitado o caminhar da vida tradicional e ancestral. Isto se reflete na própria ação humana que, muitas vezes, vitimiza o reconhecimento cultural e a pluralidade social destacada nas composições históricas e emblemáticas de muitas comunidades. É neste sentido que este trabalho, através da fotografia, pretende explorar a subjetividade do olhar cênico através da *(i)materialidade* das faces, mãos, corpos e esperanças que moldam vidas e o barro em Maragogipinho. Revelar tais elementos através de uma metodologia fotográfica, implica romper paradigmas acadêmicos (não menos importantes nas construções científicas) para possibilitar, por meio desta arte, aguçá-lo e mover o olhar do imagético à realidade. É uma humilde e pretenciosa “leitura” de um povo tradicional em tela.

Palavras-chave: Comunidade; Maragogipinho; Bahia; Tradição; Arte.

THE COMMUNITY OF MARAGOGIPINHO: TRADITION, WORK AND CHALLENGES

Abstract: There is a portrait and a light singularity in the community of Maragogipinho. Also, one can perceive the clamor of the local people, disadvantaged of the possibilities of socioeconomic reproduction that have limited the traditional and ancestral way of life. This is reflected in the human action that often undermines the cultural recognition and social plurality highlighted in the historical and emblematic compositions of many communities. It is in this sense that this work, through photography, intends to explore the subjectivity of the scenic gaze through the *(i)materiality* of the faces, hands, bodies and hopes that shape lives and the clay in Maragogipinho. Revealing these elements through a photographic methodology implies breaking academic paradigms (no less important in scientific constructions) to enable, through this art, to sharpen and move the look of the imagery to reality. It is a humble and pretentious "reading" of a traditional people on screen.

Key-words: Community; Maragogipinho; Bahia; Tradition; Art.

LA COMUNIDAD DE MARAGOGIPINHO: TRADICIÓN, TRABAJO Y DESAFÍOS

Resumen: Hay un retrato y una *luminosa* singularidad en la comunidad de Maragogipinho. Además, se puede percibir el clamor de la población local, en desventaja por las posibilidades de reproducción socioeconómica que han limitado el estilo de vida tradicional y ancestral. Esto se refleja en la acción misma del hombre, que a menudo socava el reconocimiento cultural y el pluralismo social destacados en las composiciones históricas y emblemáticas de muchas comunidades. Es en este sentido que este trabajo, a través de la fotografía, pretende explorar la subjetividad de la mirada escénica a través de la *(i)materialidad* de las caras, manos, cuerpos y esperanzas que dan forma a la vida y la arcilla en Maragogipinho. Revelar estos elementos a través de una metodología fotográfica implica romper paradigmas académicos para permitir, a través de este arte, refinar y

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Formação Técnica em Fotografia pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Atualmente é Professor de Administração Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO).

transmitir el aspecto de la imagen a la realidad. Es una humilde y pretenciosa "lectura" de un pueblo tradicional sobre lienzo.

Palabras-clave: Comunidad; Maragogipinho; Bahia; Tradición; Arte.

Introdução

A história do Direito mostra que desde a antiguidade se registra a existência da regulação na vida do homem. As normas jurídicas permearam os povos Hebreus, Gregos, Egípcios, Romanos e perduram até os dias atuais. O Direito contemporâneo, sobretudo no tocante aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, aponta para a marginalização da vida cultural, sociopolítica e econômica desta sociedade. Este fato se deve a uma evidente despreocupação do Estado para com as comunidades tradicionais (ou meramente rurais) existentes no Brasil. A sobrevivência de muitos povos e diversas comunidades se apresenta em constante risco no século XXI.

Boaventura Sousa Santos suscita o debate sociológico que permeia à juridicidade como um campo emancipatório que visa dirimir os desafios impostos pela intransigência do Estado. O autor relembra “a necessidade do revigoramento dos estudos sobre a retórica jurídica; o estudo dos direitos não oficiais e das instituições que regulam a vida cotidiana das pessoas; a pluralidade de saberes e poderes na sociedade” (Santos, 2015, p. 31).

(Re)pensar as práticas que examinam as garantias dos direitos fundamentais previstos na Constituição, por si só, se torna um importante caminho para a execução das leis e políticas que garantem melhores condições de vida à sociedade. No tocante às políticas voltadas para essas populações, é importante salientar que ainda não há uma percepção de que foram atendidas as grandes reivindicações históricas e de vida das populações tradicionais, por exemplo. Muitas destas políticas, lamentavelmente, apresentam-se incoerentes com as realidades étnicas, culturais e ancestrais, destoando das particularidades dos espaços locais, bem como da historicidade de muitas comunidades.

A dialética entre o Estado e a sociedade tem repercutido para o surgimento de grandes desafios que muitas comunidades vêm enfrentando no Brasil. Mas as esperanças também têm se movido nesta incessante luta de superação, haja vista que a ancestralidade dá sentido às

“permanências” que tonificam os territórios tradicionais e materializam a resistência de um povo.

Objeto de estudo deste artigo, Maragogipinho, distrito de Aratuípe, está localizado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, que se localiza na costa leste da Bahia, em uma área de clima tropical com uma relação geográfica e sociocultural bastante diversificada (Santos & Santos, 2015). Aquino e Silva e Estrela (2011, p. 3) apontam que o Recôncavo é um território marcado pelas existências culturais herdadas das vivências coloniais, “o que confere a este espaço características diversas, na perspectiva das riquezas étnicas (indígenas, africanas e portuguesas) que se fundiram”.

Maragogipinho entoa arte e o saber ancestral. Há uma incandescente sintonia entre a *imaterialidade* do saber tradicional com a vida no e para o barro. Um *lôcus* que reúne costumes, religião, crenças e tradições em tom de barro. É um moldar que ora revela arte, ora paira no seu presente. É, também, - o presente - que este artigo tenta expor e caminhar, sobretudo, pela oportunidade de revelar Maragogipinho. Alumiar: o lugar; o povo; a cultura; o saber; o trabalho; o barro; a olaria; o torno²; os caxixis³; e, novamente, Maragogipinho. É uma mostra fotográfica. A narrativa fotográfica aqui apresentada propõe uma linguagem para além das imagens: a textual.

O objetivo deste artigo é retratar a comunidade de Maragogipinho à luz da fotografia e, humildemente, ultrapassar a fronteira do olhar nas expressões imagéticas para a realidade da vida na comunidade. A justificativa para esta construção está na possibilidade de as imagens exprimirem os tons mais simbólicos e únicos da essência de Maragogipinho. Concomitantemente, pretende-se, além de produzir imagens, associar à representatividade das fotografias os relatos (vozes) da comunidade. Assim, trazer os relatos dos oleiros à discussão deste trabalho possibilitou compreender as lacunas que cerceiam as oportunidades de vida destes sujeitos a partir das suas autorreflexões.

1. Metodologia

Fotografia é o representar do tempo. É deste tempo, presente, que este artigo se utiliza para trazer à tona esta pesquisa. Tasso (2005, p. 140) aponta que “a imagem fotográfica se

² Base para alocar o barro e moldá-lo ainda molhado.

³ Os caxixis são uma marca da identidade do povo de Maragogipinho. São pequenos objetos em forma de miniaturas de louças (Alvares, 2015).

constitui na possibilidade de trazer ao observador uma realidade ausente, seja ela uma cena que contemple uma visão panorâmica, um objeto ou mesmo uma pessoa”. Para isso, o contexto fotográfico dependerá do olhar, do motivo, da técnica, bem como da disposição do equipamento.

Metaforicamente, uma imagem é capaz de contemplar o passado e o presente ao mesmo tempo. Ademais, isto é possível à medida que uma imagem expõe certa representatividade e propõe ao espectador transcender entre o limiar do imaginário e o real. Barthes (1984 apud Lopes, 2008, p. 266), por sua vez, expressa que a fotografia é “o Particular absoluto, a Contingência soberana, fosca e um tanto boba, o Tal (tal foto, e não a Foto), em suma a Tique, a Ocasão, o Encontro, o Real, em sua expressão infatigável”.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi necessário usar instrumentos de descrição fotográfica. A dimensão deste tipo de pesquisa busca uma abordagem visual que proponha aguçar a percepção do sujeito-espectador a partir da revelação de elementos, situações e simbologias do cotidiano expressas em grupos sociais.

Há duas estratégias recorrentes entre as pesquisas que utilizam imagens fotográficas: a primeira considera a fotografia como mero instrumento documental - onde uma imagem é apenas um dado e, a segunda, [...] onde a fotografia é um modelo de pensamento visual – a imagem visual é uma ideia (Egas, 2015, p. 3436).

Este tipo de pesquisa é, também, parte de uma construção etnográfica por registrar e descrever, através de imagens, não só a materialidade dos fatos, mas por apresentar a capacidade de expressar a *imaterialidade* representada na cultura de um determinado povo. Harmonizar as fotografias aos discursos dos oleiros foi uma estratégia que buscou “dar voz” às imagens produzidas neste trabalho. A narrativa respaldada pelas vivências e anseios da própria comunidade protagoniza as vertentes de vida que, mesmo “ditas” em imagens, possibilitam ampliar o olhar desta discussão. É importante destacar que, a fim de preservar a identidade dos oleiros, usaremos uma ordem numérica para referenciá-los.

Ora, para além das percepções reproduzidas nas imagens, há singular propriedade de causa em muitas comunidades acerca das problemáticas que persistem em recair na cultura, na tradição, no saber, no trabalho, na renda e na vida de muitas comunidades. Esta etapa da pesquisa enveredará por conversas informais e abertas entre o pesquisador e a comunidade. É uma forma de permitir que os “fotografados” relatem com mais “naturalidade” suas vidas.

Pesquisar Maragogipinho e, sobretudo, retratar esta comunidade à luz dos depoimentos dos próprios artesãos e da fotografia denota relevante proposta científica por dar “voz” e, ao mesmo tempo, descortinar estes atores através de imagens, das suas experiências e expectativas de vida. Já a revisão bibliográfica se fez necessária nesta pesquisa com o propósito de fortalecer não só uma breve discussão teórica, mas especialmente, aportar informações e dados sobre a comunidade em questão.

Os demais recursos utilizados neste ensaio, foram: Câmera Canon T6, Lente *Tamron* 70-200 *f*2/8, Lente Canon 18-55 *f*3/5 e diário de campo.

2. Entre os desafios da comunidade à arte nas olarias

Habitada pelos índios Tupinambás, na época da chegada dos portugueses, Aratuípe⁴, apresenta na sua formação política e administrativa o distrito de Maragogipinho. Marcada por grande importância cultural, ancestral e socioeconômica, a comunidade de Maragogipinho apresenta determinadas dinâmicas que trazem à tona um debate importante acerca deste território e sua identidade: a produção artesanal do barro.

As olarias são galpões tradicionalmente construídos com materiais orgânicos, têm estruturas de madeira, paredes de palha de piaçava, e geralmente apresentam coberturas de telha em cerâmica. Essa tradicional estrutura facilita a circulação de ar e a iluminação natural no ambiente, fundamental para que as peças de argila sequem antes de irem ao forno, e que também proporciona maior conforto ambiental ao artesão produtor. A estrutura da olaria assemelha-se a construções indígenas, especialmente na sua distribuição espacial. Estão distribuídas em semicírculo em volta da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída no ponto mais alto do terreno no ano de 1710 e reformada em 1930 (Aquino e Silva, & Estrela, 2011, p. 2).

Acerca da cultura e das tradições percebidas no distrito de Maragogipinho, Aquino e Silva e Estrela (2011, p. 3) ainda reforçam que

Todas as evidências levam a acreditar que algumas das povoações existentes no Vale do Rio Jaguaripe e do Paraguassú são bem remotas. Tratavam-se de antigas aldeias onde se juntaram populações indígenas agregadas a remanescentes de quilombos que buscavam condições mais favoráveis de sobrevivência. Tanto os índios como os africanos escravizados já conheciam os processos manuais de produção de cerâmica, pois ambos faziam panelas e pratos como tradição cultural, na sua atividade cotidiana.

⁴ Elevado à categoria de cidade com a denominação de Aratuípe (ex-Santana de Aratuípe) em 09 de junho de 1891 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2015).

Estudos com o de Pereira (1957) - em sua obra “*A Cerâmica Popular da Bahia*” – registram que os “cronistas no século XVIII dão a Maragogipinho em suas descrições, o sentido de coisa constituída, já muito divulgada afastando qualquer possibilidade de ser um centro artesanal recente, destacando a qualidade das peças, como fonte de arte, verdadeiros primores”. Com marcas de influência não só indígena e portuguesa, mas também, africana, a cerâmica de Maragogipinho expressa forte traço cultural que nasce da ancestralidade de seu povo. Assim, a comunidade se mostra marcante na produção voltada à decoração, ao lúdico, à religião⁵ ou mesmo à produção de utensílios domésticos.

No distrito de Maragogipinho existem 150 (cento e cinquenta) oleiros associados, entretanto, a atividade oleira abrange quase toda a população local que chega a aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes, praticamente em todas as casas existe os artesãos que confeccionam peças, dando origem a oficinas que são chamadas olarias de fundo de quintal, conforme a presidente da Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho devido a estas olarias de fundo de quintal existe o dobro de olarias na localidade (Amorim, 2016, p. 24).

Não só a atual configuração do mercado local, mas, fundamentalmente, as incipientes políticas, que na maioria das vezes não são alcançadas pela comunidade, têm fragilizado cada vez mais as possibilidades de reprodução cultural e socioeconômica da comunidade. O distrito apresenta grande importância no cenário local e regional, mas há um destaque deste povo no âmbito internacional que se evidencia por Maragogipinho ter sido classificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como maior centro cerâmico da América Latina.

A comunidade tem sido desafiada a manter sua tradição e seu povo neste espaço. Com tradição de produção familiar, muitas famílias têm visto seus filhos caminharem por outros espaços, sobretudo, para os grandes centros urbanos em busca de “melhores” oportunidades como os próprios oleiros alertam.

Essa juventude que vem aí, ninguém quer saber disso não [...] do jeito que vai as coisa (*sic*) vão ficando difícil e não se sabe o que pode acontecer [...] as coisa (*sic*) ficam muito parada (oleiro 4).

A migração dos jovens de Maragogipinho, filhos e filhas dos oleiros, é justificada pelo “esquecimento”, segundo os marcantes relatos do povo de Maragogipinho. Muitos dos depoimentos sinalizam que o poder público é omissivo para com as realidades da comunidade, o que tem implicado na forma como seu povo reage diante das dificuldades

⁵ Fortemente utilizada em expressões religiosas.

encontradas. Muitos relatam que as limitações de caráter socioeconômico (saúde, trabalho, renda, educação, etc.) são reflexos das arestas decorrentes da falta de políticas e ações do poder público local.



Figura 1. Oleiro 1 moldando o barro
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 2. Oleiro 1 moldando o barro
Fonte: pesquisa de campo (2018)

As Figuras 1 e 2 retratam o oleiro 1 em atividade ao moldar o barro. A simplicidade e ao mesmo tempo a magia do artesanato envolto em mãos talentosas, atentas e cansadas pelo tempo que ainda alimenta uma fé em dias melhores.

A gente leva uma vida simples aqui. É acreditando em um dia de trabalho e outro que a gente vai conseguindo. Penso em ir embora daqui não. Aqui falta *é (sic)* condições da gente trabalhar e vender melhor nossos produtos. É uma arte né? Eu vivo nisso aqui há 66 anos (oleiro 1).

Caminhar pela comunidade de Maragogipinho oportuniza perceber sorrisos na face do povo daquele lugar. Felicidade arraigada na importância do *fazer arte*, da vida desapressada e das tardes *em cima* do torno esculpindo peças de barro que são produzidas carregadas de sentimentos e tradição.

Alguns oleiros retratam que já foram morar fora de Maragogipinho, mas sempre regressaram ao lugar. Em diálogo com o oleiro 2, ele conta que foi arriscar a vida em São Paulo, mas não conseguiu ficar mais de um mês por lá. O artesão, com fala risonha e sem parar de burnir⁶ o vaso em seu colo (Figura 4), conta que já passou até fome tentando buscar outras oportunidades fora da comunidade, mas com um tom mais firme na fala, o oleiro diz

⁶Atividade de polir os objetos depois de moldados no torno. Normalmente este trabalho é desenvolvido por mulheres.

que seu lugar é em Maragogipinho e afirma que na comunidade não dá para enriquecer, mas é possível de se viver.

Os desafios enfrentados por Maragogipinho são percebidos desde o acesso à comunidade às condições de infraestrutura da cidade. A estrada de acesso se apresenta deteriorada e a comunidade só possui uma única instalação hoteleira para receber os poucos turistas que têm frequentado o lugar. Boa parte das peças são comercializadas por atravessadores, segundo relato de alguns oleiros, que compram as peças para revender em outros lugares da região e até em outros mercados fora do Recôncavo.



Figura 3. Torno do oleiro 2
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 4. Oleiro 2 trabalhando
Fonte: pesquisa de campo (2018)

O oleiro 2 ainda relata situações em relação à saída dos jovens do distrito na tentativa de buscarem outras oportunidades fora dali. Em sua fala, ele afirma que apenas um dos filhos ainda está na comunidade, mas não exerce o ofício do pai. Os demais foram buscar outras oportunidades em lugares fora da comunidade. O oleiro acrescenta que os filhos foram trabalhar com outras atividades, mas aprendeu a fazer peças com a argila. Entretanto, não exerce o ofício do pai.

Sem a continuidade do trabalho nas olarias, é perceptível que em algum momento, algumas destas olarias podem encerrar suas atividades e consequentemente cessar tradições. Boa parte dos oleiros relatam que “*não se vê mais jovens nas olarias*”. Outro desafio que a comunidade de Maragogipinho tem encontrado está no surgimento dos chamados

“atravessadores’ locais, que edificam estabelecimentos comerciais para competir com as olarias. A atuação dos negociantes e atravessadores impôs a construção de uma loja (estrutura física), dentro dos atuais padrões comerciais” (Aquino e Silva, & Estrela 2011, p. 1) destoando das olarias rústicas e tradicionais. Nesse sentido, Sen (2000, p. 47) afirma que se, de alguma forma, “um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido”.

A valorização de vida ancestral está diretamente ligada às possibilidades de interação destes atores com as ações do Estado. O controle social é uma questão de grande importância. A garantia dos direitos às comunidades tradicionais deve levar em consideração a relevância da participação social dessas comunidades nas elaborações das políticas. Pensar estas discussões requer, fundamentalmente, considerar as especificidades locais, socioeconômicas e tradicionais do território. Em diálogos com o oleiro 3, reconhecido⁷ até pelo Papa Francisco pelos trabalhos desenvolvidos na arte sacra, o artesão aponta que para o poder público.

Uma pessoa que planta uma roça no quintal tem mais valor que um artesão. A gente precisava aqui de investimento *pra (sic)* gente trabalhar e ter renda. Por isso é mais difícil. A gente vende porque o pessoal já sabe que a gente faz este tipo de trabalho, mas falta muita coisa. Melhorar o turismo aqui poderia ajudar muito a gente (oleiro 3).

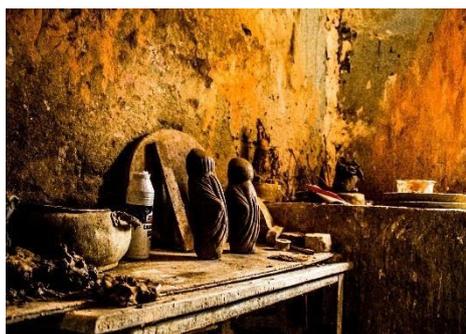


Figura 5. Imagens sacras em acabamento
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 6. Imagens sacras prontas
Fonte: pesquisa de campo (2018)

O turismo representa uma força para esta comunidade que depende da venda dos seus produtos. Muitos oleiros clamam por melhorias e novas estratégias de ações em prol do turismo local. Enquanto patrimônio cultural, Maragogipinho não pode ter o tema do turismo

⁷ O oleiro exibe com orgulho uma carta, plastificada e pendurada na parede (Figura 5) na entrada da sua olaria, que recebeu do Papa Francisco em forma de agradecimento pela imagem de uma Santa enviada ao Vaticano através de Dom Murilo Krieger, então Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil.

descartado do foco das ações públicas. Algumas literaturas apontam que o turismo em Maragogipinho contribui para a economia local, mas ainda se apresenta de forma tímida (Souza, 2009). A autora ainda expõe que o turismo na comunidade

não deve ser avaliado de forma isolada do cenário social e cultural, pois ele, seja como atrativo ou como experiências vividas, sempre mantém uma relação com a cultura – considerando esta como base da vivência humana e também um instrumento capaz de fomentar o desenvolvimento de uma região (Souza, 2009, p. 10).

Há uma fé indescritível nas faces deste povo que sempre acredita no amanhã e, a firmeza na fala dos oleiros, só enfatiza o que muitos, nas entrelinhas, pensam do lugar: *o meu lugar*. As vozes dos oleiros são uníssonas ao reivindicarem a valorização local a partir de melhores condições de saúde, educação e renda. As falas apontam sempre para a inércia do poder municipal de Aratuípe como responsável por algumas adversidades locais. Rodrigues (1999 apud Souza, 2009, p. 19) ressalta que “os fatores econômicos não devem ser desconsiderados, mas, priorizados a liberdade do indivíduo ao acesso à saúde, educação, além dos direitos civis que garantam sua participação nas questões políticas”.

No que diz respeito ao direito à saúde, só há um posto de saúde na comunidade que, de acordo com relatos da comunidade, tem frequentemente a falta remédios e que os procedimentos realizados no posto são limitados, obrigando a comunidade local a deslocar-se normalmente para outro município distante cerca de 46 km.

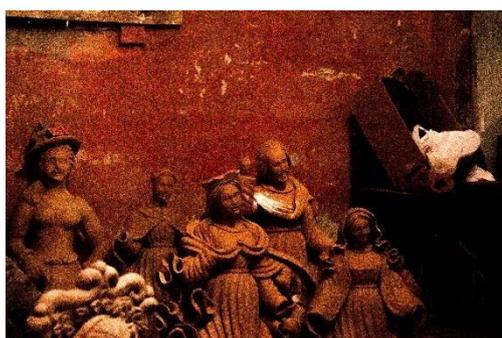


Figura 7. A arte sacra
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 8. Bonecas prontas para venda
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Nascido e criado em Maragogipinho, o oleiro 4 relata que diante das adversidades, ele tem reagido com muito trabalho e fé no que faz.

Eu acredito que a cultura nossa vai parar [...] essa juventude que vem aí ninguém quer saber disso não [...] falta o poder público incentivo (*sic*) ao turismo [...] é um

tipo de coisa que a igualdade não combina em querer ajudar o próximo. Queria o futuro melhor que está, mas não sei se vou alcançar (oleiro 4).

Há uma notória dependência da comunidade para com as políticas públicas. A consolidação social, tradicional e territorial dependerá da constituição de mecanismos sociais que proporcionem condições de reprodução social e econômica da comunidade local.



Figura 9. Oleiro 5 moldando alças para vasos
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 10. Produção do oleiro 5
Fonte: pesquisa de campo (2018)

“*Eu nasci com os dentes no barro*”. São com estas palavras que o oleiro 5 (moldando alças para vasos na Figura 9) inicia o diálogo, sem tirar as mãos do barro, quando questionado há quanto tempo desenvolve aquela atividade. Ele quis reforçar que nasceu ali e se *criou* fazendo este trabalho. Assim como muitos outros oleiros, o oleiro reclama que a única escola local não se preocupa em valorizar a própria arte da comunidade. O oleiro demonstra preocupação sobre os jovens e afirma que gostaria de vê-los estudando em um turno e aprendendo o ofício em outro.

A resistência, para muitas comunidades, são as “permanências” de sua força ancestral que tem uma forte relação com a identidade do sujeito. São heranças passadas de geração em geração que *(i)materializam* a existência deste povo. Assim, Alvares (2015, p. 34) aponta que “em Maragogipinho, podemos descansar nossos olhos urbanos no esparramo da paisagem, no tempo remansado das pessoas, no cheiro do barro que impregna todos os cantos”.

Não garantir direitos à comunidade de Maragogipinho ascende discussões ao pontuar que ainda estamos distantes de presenciar a plena execução dos direitos civis. Tal marginalização aponta para uma desvalorização da própria identidade de muitas comunidades

ao impor um processo colonizador que tenta incutir, nesses espaços, moldes das sociedades contemporâneas.

À luz do prisma socioeconômico, o trabalho é a extensão da oportunidade de o sujeito auferir renda e a possibilidade de uma vida digna. O turismo é um elemento essencial em Maragogipinho por fortalecer o trabalho e a renda. Todavia, é salutar levar em consideração a importância da atividade turística para além da fonte de renda, pois, incluem-se nestas perspectivas a oportunidade de os artesãos terem contato direto com outros sujeitos apreciadores desta arte. Além de eliminar os possíveis atravessadores que, conforme relatos dos próprios oleiros, não valorizam a arte local ao intensificarem a barganha de preços com os artesãos, o turismo pode oportunizar a comercialização dos seus produtos a um preço mais justo. Amorim (2016, pp. 64-65) reforça que

a criação de um centro de cultura na comunidade pode contribuir no fomento ao turismo, [...] pois aqueles que se dirigirem a Maragogipinho poderão conhecer um pouco mais de sua história, contada preferencialmente por artesãos que poderá estar confeccionando uma peça. Para o Centro de Cultura é indicado espaço que abrigue auditórios, de modo a promover educação patrimonial.



Figura 11. Objetos para venda em olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 12. Rio Jaguaripe
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Preservar a cultura e a tradição local possibilita impulsionar políticas que proporcionem a interação da comunidade local com a oportunidade de discutirem e elaborarem planos de ação que caminhem em consonância com os anseios e necessidades desta comunidade. Desse modo, Wolkmer (2013, p. 347) relembra que as “cidadanias são, por sua vez, fontes autênticas de nova forma da produção dos direitos, direitos relacionados à justa satisfação das necessidades desejadas”.

Há uma multiplicidade de valores e elementos na comunidade de Maragogipinho que anseiam por reconhecimento. Relatos de boa parte dos oleiros apontam que a omissão do poder público local implica em uma evidente desarticulação entre a própria comunidade que, pressionada pela necessidade de sobrevivência, ocasiona o surgimento de uma “competição” entre os próprios oleiros.



Figura 13. Objetos para venda
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 14. Estrutura da Olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)

Na comunidade, é perceptível que a garantia dos direitos ocorre de forma muito rasa. As descrições dos oleiros denotam a falta de incentivos à participação político-social ocasionando uma inacessibilidade aos meios formais de integração da comunidade às políticas locais, impondo restrições quanto ao acesso dessas comunidades não só aos espaços políticos, mas, sobretudo, ao acesso dos direitos garantidos em Leis.

A participação é o meio natural para o homem manifestar sua disposição inata de realizar [...] afirmar-se a si mesmo, dominar a natureza e o mundo, abarcando ainda a satisfação de outras necessidades relevantes, tais como a interação com outras pessoas, a oportunidade de se expressar, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar [...] e a valorização de si mesmo pelos outros (Panda et al., 2018, p. 267).

Os instrumentos das políticas públicas são estruturas sociais que possibilitam a emancipação do sujeito. Desprender-se das amarras que ainda apontam resquícios colonialistas, requer, ademais, fortalecer laços entre o Estado e a sociedade. Na comunidade de Maragogipinho, boa parte dos relatos manifestam uma outra inquietação dos oleiros para com a própria Associação local que, segundo depoimentos, “acomodou-se”.

Os relatos da História da comunidade e do povo de Maragogipinho abrem uma janela de um mundo desconhecido para muitos. O significado daquele espaço para este povo é mágico. Lamentavelmente a significação do lugar não tem o mesmo sentido para o poder público, já que, à luz dos depoimentos da comunidade, há anos prevalece um ciclo perverso de governos que não compreendem a dimensão e a importância de Maragogipinho.

As falas de boa parte dos oleiros expressam reivindicações. Talvez, por isso, os discursos de muitos oleiros, ao mesmo tempo que exprimem memórias dos seus ancestrais, revelam preocupações com o futuro.



Figura 15. Exposição de peças na olaria
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 16. O oleiro e a sua arte
Fonte: pesquisa de campo (2018)

À revelia das distorções socioeconômicas existentes na comunidade, a felicidade é um estado nato deste povo. Talvez seja a forma de acreditar *nos amanhãs* que podem resgatar os valores da comunidade. Os *amassadores* do barro buscam preservar a tradição, o saber, a ancestralidade, o jovem, a mulher⁸, o lugar. Mas têm encontrado caminhos difíceis na busca

deste equilíbrio. Caminhar por Maragogipinho é transitar pela arte. A mansidão na voz do povo ao mesmo tempo em que reivindica seus direitos, convida-o para amassar o barro.

Aqui é uma vida tranquila demais. O barro eu transformo no que eu quero [...] o valor sentimental é o artista que dá [...] aqui trabalho não falta, mas muita coisa tem de melhorar [...] pros (*sic*) meus filhos ficarem aqui eu mostro e eles *aprende* (*sic*) de tudo um pouco [...] mas aqui é um lugar que falta saúde (oleiro 6).



Figura 17. Oleiro 6 segurando o vaso pronto
Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 18. Oleiro preparando uma peça
Fonte: pesquisa de campo (2018)

A Figura 17 mostra o oleiro 6 segurando uma de suas peças prontas. O oleiro conta que iniciou atividade de oleiro ainda com 17 anos de idade e que aprendeu o ofício com o pai. O tom nostálgico e alegre com que o oleiro fala, representa a voz de muitos na comunidade. A falta de união entre os próprios oleiros é algo notado na comunidade. Muitos explicam que isso deve-se a falta de cooperação que vem se instituído ao longo do tempo em decorrência do acirramento da competitividade e os limitados condicionantes de comercialização dos produtos.



⁸ Em Maragogipinho se percebe que as mulheres ocupam poucos espaços nas olarias, predominantemente dominadas pelos homens. As mulheres têm ocupado espaços, normalmente, com o acabamento das peças (pintura, polimento, etc.) e com as atividades do lar.

Figura 19. A fé presente nas olarias

Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 21. Oleiro trabalhando

Fonte: pesquisa de campo (2018)

Figura 20. Oleiro moldando o barro

Fonte: pesquisa de campo (2018)



Figura 22. “Rua” da comunidade

Fonte: pesquisa de campo (2018)

Garantir Direitos fundamentais à comunidade de Maragogipinho implica em compreender como a justiça e o poder público tem interagido neste âmbito. É visível que, no Brasil, muitas comunidades têm *perdido* seus direitos e conseqüentemente seus “espaços” de reprodução social, econômica, cultural e territorial.

Propor uma maior autonomia à comunidade Maragogipinho depende da garantia dos direitos que não têm chegado à comunidade, bem como da forma como as políticas interagem e são reproduzidas no lugar. Assim, o controle social é um importante instrumento e torna-se imperativo refletir que a dependência do povo de Maragogipinho para com este território, tradição e cultura, amplia as reflexões acerca do patrimônio material e imaterial da comunidade, sobretudo, por este povo reproduzir nestes espaços sua ancestralidade e sua pluralidade de vida.

Considerações Finais

Na caminhada de construção deste trabalho foi possível compreender que a saúde e tantas outras questões socioeconômicas são direitos ainda não garantidos na comunidade de Maragogipinho. As reivindicações da comunidade apontam, por exemplo, para uma saúde deficitária no único posto local. Quais as possibilidades de garantir a qualidade de vida de um povo em meio a estas adversidades? Nas mais variadas comunidades ao redor do mundo,

muitas comunidades não usufruem dos seus devidos direitos. Não há espaço para os povos reproduzirem suas culturas, tradições e vidas na construção das políticas? Ou ainda no campo político, a justiça “fecha os olhos” diante dos genocídios verificados em comunidades mundo afora?

Responder a estes questionamentos implica em reconhecer as especificidades de Maragogipinho e, sobretudo, as formas de interação entre a comunidade, suas lideranças e o poder público local. Isto requer a identificação das lacunas que deixam esta comunidade à margem de acesso à saúde e outras garantias, por exemplo. É importante criar instrumentos que respaldem a construção de novos caminhos com o propósito de assegurar a garantia à saúde, educação (em consonância com as tradições e culturas da localidade), trabalho e, conseqüentemente, renda. Para isso, é imprescindível que na comunidade seja oportunizado (novas) formas participativas à elaboração das políticas públicas.

A valorização deste povo convida a reter seus jovens neste espaço. Educação, segurança, saúde, trabalho e renda são elementos que caminham juntos em prol de um *desenvolvimento* que não mude o contexto sociocultural local, mas que promova uma vida socialmente equilibrada. Assegurar direitos aos povos tradicionais é um papel do Estado, mas que em conjunto com os mais diversos instrumentos sociais, devem propor instâncias de controle social que objetivem defender novas perspectivas e condições de vida ao distrito de Maragogipinho, sobretudo, fundamentada nos jovens do lugar.

Retratar esta comunidade à luz da fotografia possibilitou descortinar a comunidade e revelar a vida deste povo que tem uma representatividade marcante e forte não só para o Recôncavo baiano e outros lugares, mas fundamentalmente, para a vida do seu povo. Este trabalho pôde criar uma oportunidade de revelar o lugar a partir de outros *focos*, ângulos e marcas do povo. Maragogipinho é um lugar que encanta pela luz que bate nas águas do rio Jaguaripe e no alto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo menino que brinca de pular no rio, pela dança do vai e vem do barro nos carros de mão pela comunidade, por seu pescado que garante o almoço e o sustento de muitos, pelas olarias que são a vida dessa gente, mas fundamentalmente pela História do seu povo e sua luta diária para manter sua cultura e tradição *vivas*.

Espera-se com esta discussão evidenciar *as vidas* desta comunidade e o clamor deste povo que tanto representa nossa cultura e tradição, bem como fazer valer suas reivindicações, suas esperanças, o seu lugar e, quiçá, “retratados” em imagens, sejam vistos.

Referências Bibliográficas

- Alvares, S. C. (2015). *Maragogipinho – as vozes do barro: práxis educativa em culturas populares* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11052016-163601/pt-br.php>.
- Amorim, C. R. (2016). *Impactos ambientais e sustentabilidade da atividade oleira no distrito de Maragogipinho, município de Aratuípe, Bahia* (Monografia de Graduação), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, Brasil. Recuperado de <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/-123456789/1033>.
- Aquino e Silva, I., & Estrela, E. (2011, novembro). Mudança no padrão construtivo das olarias de Maragogipinho (Aratuípe-BA). *Anais do Seminário Urbanismo na Bahia – urbBA [11]*, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de http://urbanismonabahia11.blogspot.com/2011/11/o-seminario-urbanismo-na-bahia-11_8846.html
- Egas, O. M. B. (2015, setembro). Metodologia Artística de pesquisa baseada em Fotografia: A potência das imagens fotográficas na pesquisa em educação. *Anais do 24º encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP*. Santa Maria, RS, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Cidades: Aratuípe-BA*. Bahia: Autor. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aratuipe/historico>
- Lopes, M. F. R. (2008). A representação imagética da identidade do professor. *UniLetras*, 265-275. Recuperado de <http://www.uepg.br/uniletras>
- Panda, A. P. P., Cassiano, T. F. R., Cançado, A. C., & Oliveira, N. M. O. (2018). papel do conselho estadual de defesa dos direitos humanos e a sua relação com a gestão social. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 26, 259-275.
- Pereira, C. J. C. (1957). *A cerâmica popular da Bahia*. Universidade da Bahia. Nº 4 – Bahia.
- Santos, B. S. (2015). O direito dos oprimidos. *Sala de Imprensa*. Recuperado de http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12078_JL_BSS_mai2015.pdf

- Santos, M. C., & Santos, M. G. C. (2015). Riscos ambientais e juventude no Recôncavo baiano. In: Correia, S. S.; Estevam, A. L. D.; & Santos, E. M. P. (Coord.), *Recôncavo Baiano: trajetórias e dinâmicas territoriais* (pp. 15-45). Salvador: Assembleia Legislativa.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, C. C. (2009). A atividade oleira artesanal como instrumento de desenvolvimento para o Distrito de Maragogipinho - Bahia. *Revista do IESP*, v. VIII, p. 09-29.
- Tasso, I. E. V. S. (2005). Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: Santos, A. R., & Ritter, L. C. B. *Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa*. Maringá: EDUEM.
- Wolkmer, A. C. (2013). *Pluralismo Jurídico: Novos Caminhos da Contemporaneidade* (2a. ed.). São Paulo: Saraiva.